

Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- José Luís Marques de Sousa;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 14:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Dr. Alberto Filomeno Esteves Cascalho não esteve presente por motivos profissionais, tendo sido substituído pelo Sr. José Luís Marques de Sousa.

A Sr.^a Vereadora Dr.^a Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho chegou à reunião pelas 15:00 horas, durante o período de antes da ordem do dia, tendo-se ausentado pelas 17:30 horas, após a votação da 15.^a Modificação aos Documentos Previsionais de 2012. Regressou pelas 18:30 horas, quando se encontrava em discussão e votação o ponto 25 da ordem do dia, permanecendo na reunião até ao seu final.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. 15.^a MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012
2. REQ. N.º 1753/12 – PC N.º 221/12 – ACÁCIO GOMES MIGUEL
3. REQ. N.º 1691/12 – PC N.º 186/10 – PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA.

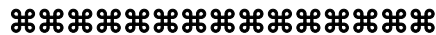
4. REQ. N.º 1544/12 – PC N.º 53/12 – ADELINO RIBEIRO MARGARIDO
5. REQ. N.º 1706/12 – PC N.º 249/12 – ROGÉRIO PESCADA GOMES
6. REQ. N.º 1067/12 – PC N.º 301/11 – ANTÓNIO COSTA GODINHO
7. REQ. N.º 1730/12 – PC N.º 214/12 – ARTUR JORGE DOMINGUES DA SILVA –
CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE
8. REQ. N.º 1737/12 – PC N.º 261/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR
9. REQ. N.º 1738/12 – PC N.º 260/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR
10. ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA DA CGD RELATIVA AO POPH –
MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE
11. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA
“BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA” – CONCURSO PÚBLICO N.º
04/2009-DIRM
12. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA RESPEITANTE
AO ANO DE 2012 A LIQUIDAR NO ANO DE 2013
13. LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2012 A COBRAR NO
ANO DE 2013
14. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART.º 22
DA LEI N.º 55-A/2010 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO
DE ESTADO PARA O ANO DE 2011 – P.A. Nº 21/2011-AP/DEDIS -
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2011/2012 E 2012/2013
15. P.A. N.º 21/2011-AP/DEDIS-ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS
LECTIVOS 2011/2012 E 2012/2013 – REVISÃO DE PREÇOS – PEDIDO DE
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE
COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C)
DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO
16. CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS
ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE
COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C)
DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

17. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE**
18. **PAGAMENTO DE PORTAGENS COM RECURSO AO SISTEMA DE “VIA VERDE” PARA O ANO DE 2013- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
19. **FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA AUTOMÓVEL AFETA A VIEIRA DE LEIRIA PARA O PERÍODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 2012 A 28 FEVEREIRO DE 2014 -PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
20. **MANUTENÇÃO DE MEIOS DE ELEVAÇÃO INSTALADOS EM DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
21. **CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO PARA O ANO 2013-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
22. **FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS NATURAL A DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2013 A 31 DE MAIO DE 2014-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
23. **FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS
PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO
ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

24. PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART. 26 DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2012 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2012.
25. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. ESTATUTO REMUNERATÓRIO DO ÚNICO ADMINISTRADOR REMUNERADO. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.
26. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 1.º SEMESTRE DE 2012.
27. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2013.
28. DEFINIÇÃO DAS ÁGUAS BALNEARES E ÉPOCA BALNEAR PARA 2013 / APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE DURAÇÃO DA ÉPOCA BALNEAR ÀS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS HIDROGRÁFICAS DO CENTRO E DO TEJO
29. “ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS” CP N.º 04/10 (DIRM) – TRABALHOS A MENOS
30. “REQUALIFICAÇÃO DA VALA JUNTO AOS ESTALEIROS MUNICIPAIS – RIBEIRA DAS BERNARDAS - CP 01/11”. TRABALHOS A MENOS
31. INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – PRAZOS LIMITE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS EXPIRADOS. AUDIÊNCIA PRÉVIA.
32. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ATRIBUIÇÃO DE FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL
33. DOAÇÃO DE DUAS COLHERES PARA COLHA/VAZAMENTO DE VIDRO PELO SR. JOSÉ PEDRO CONSTÂNCIO
34. DOAÇÃO DE ARQUIVO, PEÇAS E MOLDES DA DÂMASO VIDROS DE PORTUGAL S.A. AO MUSEU DO VIDRO/ARQUIVO MUNICIPAL.

35. RESUMO DE TESOURARIA



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação, fora da ordem do dia, de oito assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

- O **Sr. Presidente** entregou as seguintes respostas:
 - ⇒ Ao Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho entregou cópia do ofício enviado ao Ministério Público sobre a empreitada da Resinagem;
 - ⇒ Ao Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira entregou resposta escrita aos pedidos apresentados na anterior reunião;
 - ⇒ Ao Sr. Vereador Dr. António Santos entregou resposta escrita ao seu requerimento sobre a aplicação de penalidades a empresas por atraso em obras, tendo o Sr. Vereador solicitado, caso seja possível, que sejam colocadas as datas dos respetivos processos;
Relativamente à UDL o Sr. Presidente informou que ainda está a decorrer o prazo para a revitalização da sociedade, pelo que ainda não pode responder ao solicitado.

- Aplicação de penalidades - o **Sr. Vereador Dr. António Santos** referiu que gostaria de saber o que é que foi enviado ao Ministério Público no que diz respeito a este processo, uma vez que o seu nome é mencionado.
O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu também, a este propósito, que está a verificar que o processo foi pura e simplesmente remetido ao Ministério Público, sem qualquer argumentação.
O **Sr. Vereador Paulo Vicente** esclareceu que foi enviado todo o processo, com a deliberação camarária e as respetivas declarações de voto, uma vez que aquilo que está em causa é analisar se a deliberação obedece aos preceitos legais ou não.
O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que não houve uma análise entre a fase da audiência prévia e o relatório da fiscalização da obra, pelo que entende que se partiu de um princípio errado, uma vez que para si há dúvidas quanto à responsabilidade das partes.

- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** abordou ainda os seguintes assuntos:
 - ⇒ A resposta que lhe foi fornecida relativa à auditoria às contas da União de Leiria foi apresentada minimamente fundamentada. Só lamenta que o Sr. Presidente da Câmara não tenha dito a verdade quanto ao investimento da União de Leiria no Estádio Municipal, pois referiu que tinha havido avultados investimentos quando a área financeira informa dizendo que não há elementos para responder. Lamenta as despesas de investimento que foram feitas no Estádio, não as pondo em causa, pois talvez não fossem prioritárias. Só pedimos a auditoria para podermos analisar em termos de despesa e de oportunidade política o investimento feito, não para pormos em causa a honra de ninguém.
 - ⇒ Está a constatar que os equipamentos desportivos instalados nos espaços municipais ou estão completamente degradados ou não estão homologados, e apenas as balizas de futebol do Estádio estão devidamente certificadas. Assim, **recomendou** à Câmara, e tendo em conta o relatório que lhe foi apresentado em resposta ao seu pedido sobre a certificação dos equipamentos desportivos municipais, que retire urgentemente todos os que não estiverem homologados, que os certifique devidamente, requerendo desde já que aquando da conclusão do processo de homologação lhe seja comunicada essa informação.
A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira informou** que já estão a ser retirados todos os equipamentos que não estão em conformidade.
 - ⇒ Há um traço contínuo na zona industrial, quando se pretende entrar para os estabelecimentos comerciais e para uma agência do BES, contudo não lhe parece que seja uma zona assim tão perigosa que justifique esta medida, pelo que pede à Câmara que veja a possibilidade de serem pintados uns traços descontínuos de modo a que as pessoas possam virar para aquele lado sem causar tantos transtornos tanto aos moradores como aos que querem ir aos estabelecimentos.
O **Sr. Vereador Paulo Vicente tomou nota e informou** que vai verificar se em termos de segurança esta situação é possível.
 - ⇒ Semáforos – continuam avariados, o que é preocupante em termos de segurança.
O **Sr. Vereador Paulo Vicente informou** que hoje só tem informação de que está avariado o da PSP, todos os outros foram reparados ontem. A origem deste problema está nos picos de energia da EDP.
 - ⇒ Esclareceu que a relação das adjudicações efetuadas nos últimos 2 anos a que se referia são as da TUMG e não da Câmara, pelo que requereu novamente essa informação.

⇒ Relativamente às respostas sobre as obras da Casa da Cultura e do Património Stephens informou que as vai analisar para se pronunciar em próxima reunião.

▪ O **Sr. Vereador Dr. António Santos** abordou os seguintes assuntos:

⇒ Relativamente à Resinagem, e na sequência da presença do Dr. Vítor Faria em anterior reunião de Câmara, **requereu** informação sobre o ponto de situação das negociações, ou, se não houver essa informação na Câmara, que ele possa cá vir, se puder, ou então que faça um ponto da situação por escrito.

A propósito da Resinagem, o **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira perguntou** se ainda está em análise jurídica a questão que levantou sobre a adjudicação de trabalhos da empreitada.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente informou** que a questão ainda está a ser analisada, pelo que o Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira se congratulou com esta decisão, que considera ponderada e sensata.

⇒ Pretende saber o que é que a Câmara está a pensar fazer com 1% do IRS, pois se ele for para vir para a Câmara como disse o Presidente da Assembleia Municipal, então vem desvirtuar aquilo que acordou com o executivo, uma vez que seria para medicamentos.

O **Sr. Presidente respondeu** dizendo que não ouviu estas declarações do Sr. Telmo Ferraz, Presidente da Assembleia Municipal, apesar de vir no jornal.

▪ O **Sr. Presidente** informou que a sede da AMLEI foi vendida na passada 2.ª feira, pelo valor base de 550.000 €.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Apesar de o assunto seguinte constituir o ponto 29 da ordem do dia, o Sr. Presidente solicitou a sua análise em primeiro lugar, por conveniência contabilística, o que foi por todos aceite.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

29 - “ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS” CP N.º 04/10 (DIRM) – TRABALHOS A MENOS

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

674 - Presente informação da DOEM com a Ref: smv/34/12 propondo a aprovação de trabalhos a menos na empreitada “ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS” adjudicada ao consórcio OLIVEIRAS, SA e LENAPRÉDIO, LDA.

A Câmara depois de apreciar os documentos e concordando com a informação com a ref. smv/34/12, delibera aprovar trabalhos a menos no valor de 68.075,76€ (sessenta e oito mil e setenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos à empreitada “ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS” adjudicada ao consórcio OLIVEIRAS, SA/ LENAPRÉDIO, LDA, de acordo com o art. 379º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - 15.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012

675 - Presente proposta da 15ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

12.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2012, no valor de 15.683,04 euros nos reforços e de 15.683,04 euros nas anulações;

11.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2012 no valor de 7.000,00 euros nas anulações;

12.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2012 no valor de 7.000,00 euros nos reforços, de reforços de 22.000 euros no ano de 2013, de anulações de 9.200 euros no ano de 2014, de anulações de 9.300 euros no ano de 2015, de anulações de 3.300 euros no ano de 2016 e de anulações de 200 euros no ano de 2017.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 15ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções da Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho e Sr. José Luís Sousa.

2 - REQ. N.º 1753/12 – PC N.º 221/12 – ACÁCIO GOMES MIGUEL

676 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização de Armazém de Recolha, Triagem, e Armazenagem de Resíduos não Perigosos*” existente, localizado num prédio rústico sito no Lugar de Casal de Anja, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo em Arquivo Municipal do seguinte antecedente:

Processo de Licenciamento n.º 1568/1995, em nome de Acácio Gomes Miguel, referente ao Licenciamento da Obra de “*Construção de um Muro e um Telheiro*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Licença de Construção n.º 421/1996, de 24/06.

Presente Alvará de Licença n.º 8/2008/CCDRC para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos, emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, válido até 24/01/2013, para a seguinte operação:

R13 – Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão da armazenagem temporária, antes da recolha, no local onde esta é efetuada), contendo um conjunto de especificações técnicas aplicáveis e precauções a tomar em matéria de segurança.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Cumprimento das especificações técnicas aplicáveis à atividade em causa (gestão de resíduos) e precauções a tomar em matéria de segurança, constantes do Alvará de Licença n.º 8/2008/CCDRC para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos, emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, válido até 24/01/2013.**
- 2. Deverá ser dado cumprimento do preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.**
- 3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
- 4. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º**

8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1691/12 – PC N.º 186/10 – PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA.

677 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de um Edifício Habitacional*”, incluindo demolição de edificação existente, a levar a efeito num prédio urbano localizado na Rua Adília/Rua da Benta, Lugar de Matos, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 16/02/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **A emissão do alvará de licença de construção ficará dependente da apresentação do projeto de eletricidade devidamente aprovado por entidade competente.**
2. **Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente passeios e gares de estacionamento propostas, incluindo a pavimentação das zonas envolventes dos arruamentos confinantes ao prédio, com materiais e alinhamentos a serem oportunamente definidos pelos Serviços Técnicos desta Câmara.**

3. Os muros de vedação a construir junto da via pública e entre extremas, deverão observar o disposto no art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, nomeadamente:
 - i) Serem executados em alvenaria ou betão armado, rebocados e pintados;
 - ii) O muro de vedação confinante com a via pública não poderá exceder a altura de 0,80m acima da cota do passeio fronteiro, podendo ser encimado por elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m;
 - iii) Os muros de vedação entre extremas não poderão exceder 2,00m de altura, a contar da cota natural mais elevada dos terrenos que vedam.
4. A instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários seja executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
5. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respetiva licença de utilização (autorização de utilização).

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (Regulamento n.º 449/2010, de 17/05, publicado no Diário da República, II Série, n.º 95, de 17/05/2010), “a) *Toda e qualquer construção que disponha de número igual ou superior a 9 frações ou unidades autónomas.*”, que envolvam uma sobrecarga dos níveis de serviço nas infraestruturas, nomeadamente, nas vias de acesso, tráfego e estacionamento, é considerada uma operação urbanística de impacto relevante, ficando por isso sujeita ao pagamento das taxas previstas nos artigos 122.º e seguintes do referido regulamento.
2. Nos termos do disposto no n.º 5 do art. 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, as operações urbanísticas consideradas de impacto relevante, ficando sujeitas às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento. Assim, verificando-se a não cedência de qualquer parcela destinada à implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização coletiva, o proprietário ficará obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos do previsto no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
3. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no

prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

4. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 1544/12 – PC N.º 53/12 – ADELINO RIBEIRO MARGARIDO

678 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização de Alterações e Ampliação de Edifício*”, tendo em vista a “*Instalação de Serviços de Creche e ATL*”, a levar a efeito num edifício existente, sito na Estrada de Leiria, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 1537/1980, em nome de Adelino ribeiro Margarido, referente à 1.ª fase da obra de “*Construção de Edifícios – Pavilhão Fabril*” à qual foi atribuída a Licença de Obras n.º 597/81, de 11/06, com 1.ª prorrogação emitida pela Licença de Obras n.º 991/1981, de 16/10 e 2.ª prorrogação emitida pela Licença de Obras n.º 152/1982, de 15/02.

Processo Camarário n.º 131/1983, em nome de Adelino Ribeiro Margarido, referente à 2.ª fase da obra de “*Construção de Edifícios – Salão de Exposição/Escritórios*”, à qual foi atribuída a Licença de Obras n.º 351/1983, de 28/04.

Presente Parecer Favorável emitido pela Autoridade Nacional de Proteção Civil do Ministério da Administração Interna, referente ao Projeto de Segurança Contra Riscos de Incêndio, que se transcreve:

“(...)”

O projeto de segurança contra riscos de incêndio foi aprovado, pelo que não há objeções ao licenciamento da obra.

A licença de utilização não deverá ser concedida sem ser verificado o cumprimento do projeto agora aprovado, dependente de vistoria.

Deverão ser apresentadas as Medidas de Autoproteção de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art. 34.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11.

“(...)”

Presente Parecer Favorável emitido pela Direção Regional de Educação do Centro do Ministério da Educação e Ciência, que se transcreve:

“(...)”

Relativamente ao assunto em epígrafe e de acordo com o despacho da Ex.ma Sr.ª Diretora Regional de Educação, exarado na informação com a referência I/DSGM/2965/2012, informa-

se V.ª Ex.ª que, analisado o projeto de arquitetura (versão enviada a 16/04/2012) com base no Despacho-Conjunto n.º 268/97, de 25/08, relativamente ao ensino pré-escolar e no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, no que diz respeito a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada, se verificou que cumpre, na generalidade, a referida legislação, para a capacidade de 40 crianças em Jardim-de-Infância.

Deverá, ainda, ser verificada a satisfação das exigências do Despacho-Conjunto n.º 268/97, de 25/08, no que se refere a pormenores não constantes ou não completamente definidos na Memória Descritiva e Justificativa, por exemplo, quanto a ventilação natural das salas de atividades e polivalente, equipamento elétrico, equipamento das instalações sanitárias, aquecimento, materiais e cores de revestimento das paredes e tetos, características das salas de atividades e polivalente quanto a permitir o obscurecimento parcial e total, a proteção solar e condições acústicas adequadas.

No que respeita ao recreio exterior, este deverá ser devidamente vedado e em condições de segurança e satisfazer, no aplicável, o Decreto-Lei n.º 119/09, de 19/05.

O edifício terá, ainda, de cumprir a Legislação vigente no que se refere à Segurança contra Risco de Incêndio.

O presente parecer não se refere apenas aos espaços destinados a Creche dado que a indicação das exigências nacionais para estabelecimentos dessas faixas etárias não cabe a estes Serviços sendo da responsabilidade da Segurança Social.

Mais se informa que este parecer refere-se apenas a instalações podendo a autorização de funcionamento do estabelecimento de educação pré-escolar depender da verificação de outros requisitos, nomeadamente de carácter pedagógico, os quais não são objeto da atual apreciação.

(...)"

Presente Parecer Favorável emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que se transcreve:

"(...)

Favorável.

Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável.

(...)"

Presente Parecer Favorável emitido pelo Centro Distrital de Leiria do Instituto da Segurança Social, I.P., que se transcreve:

(...)

Parecer técnico favorável ao projeto de licenciamento, legalização com alteração de uso e ampliação de um edifício destinado a Serviços, sito na Estrada de Leiria, Embra, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, Distrito de Leiria, onde se pretende passara a desenvolver a resposta social de creche, para 37 crianças (5 até à aquisição da marcha) em que é requerente Adelino Ribeiro Margarido representado por Bruno José Mendes Miranda...

(...)

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação dos Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Cumprimento dos condicionalismos expressos nos pareceres emitidos pelas entidades consultadas, nomeadamente da ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil do Ministério da Administração Interna, da Direção Regional de Educação do Centro do Ministério da Educação e Ciência, da Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e do Centro Distrital de Leiria do Instituto da Segurança Social, I.P..**
2. **A capacidade do estabelecimento para a valência de Jardim-de-Infância fica estabelecida em 40 crianças, de acordo com o parecer emitido pela Direção Regional de Educação do Centro do Ministério da Educação e Ciência, ficando a capacidade máxima admitida para a valência de Creche em 37 crianças, de acordo com o Centro Distrital de Leiria do Instituto da Segurança Social, I.P..**
3. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
2. **Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1706/12 – PC N.º 249/12 – ROGÉRIO PESCADA GOMES

679 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de uma Moradia e Muros de Vedação*”, a levar a efeito num prédio urbano sito na Guarda Nova, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 06/09/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, de Peça Gráfica correspondente ao Pormenor do Recetáculo Postal de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11, no prazo estabelecido no ofício nº 790/12, de 12/09.**
2. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
3. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
4. **Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva Autorização de utilização.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
2. **Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1067/12 – PC N.º 301/11 – ANTÓNIO COSTA GODINHO

680 - Presente Pedido de Licenciamento relativo à obra de “*Legalização da Instalação de um Estabelecimento de Comércio a Retalho de Alimentos para Animais*” existente, sito num pavilhão localizado na Travessa dos Outeirinhos, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 1073/1986, em nome de Rui Couceiro Neto da Silva, relativo à obra de “*Reparação e Conservação de um Barracão*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença n.º 649/1986, de 01/10.

Presente Parecer Favorável Condicionado emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., que se transcreve:

“(…)

Favorável Condicionado.

1. *Desde que seja cumprido na íntegra o exposto no projeto e demais legislação aplicável;*
2. *A ventilação referida deve salvaguardar a entrada de ar renovado e saída de ar viciado sem provocar correntes ou arrefecimentos bruscos prejudiciais (n.º 5, art. 10.º, Secção I, Capítulo III do Decreto-Lei n.º 243/86, de 20/08);*
3. *Deve ser previsto um programa eficaz de controlo de pragas e observadas as regras essenciais que garantam a sua eficácia (n.º 1, do Anexo II do Regulamento CE n.º 183/2005, de 12/01).*

“(…)”

Presente parecer favorável emitido pela Autoridade Veterinária Concelhia.

Presente Registo n.º PT3AA1216V para a Atividade de Venda a Retalho (Alimentos Compostos e Matérias Primas de Origem Vegetal), emitido ao abrigo do Reg. (CE) n.º 183/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Janeiro, pela Direção-Geral de Veterinária do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projectos das Especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Cumprimento dos condicionalismos expressos no parecer emitido pela Autoridade de Saúde – ACES Pinhal Litoral II da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P e das condições mínimas a preencher pelos retalhistas do setor da alimentação animal sujeitos a registo ou aprovação, patentes no Registo n.º PT3AA1216V, emitido pela Direção-Geral de Veterinária do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território.**
3. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
4. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, devendo ser solicitada no final da obra, nos termos do disposto no art. 12.º do Decreto-Lei n.º 370/99, de 18/09.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1730/12 – PC N.º 214/12 – ARTUR JORGE DOMINGUES DA SILVA – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE

681 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Edifício*” existente, localizado num prédio urbano sito na Rua da Índia, Lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 06/09/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1737/12 – PC N.º 261/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR

682 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Edifício Destinado a Armazém*” existente, tendo em vista a instalação de um Armazém e duas Unidades Industriais do Tipo 2, no regime de Propriedade Horizontal, dispondo de Projeto de Arquitetura e das Especialidades aprovados por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 19/07/2012, que se transcreve:

(...)

Presente Pedido de Licenciamento referente à “Legalização da Alteração de Edifício Destinado a Armazém” existente, tendo em vista a instalação de um Armazém e duas Unidades Industriais do Tipo 2, no regime de Propriedade Horizontal, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 549/2002, em nome de Mário Felismino Gaspar, referente ao licenciamento da obra de “Alteração e Ampliação de um Edifício de Armazéns”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Construção n.º 679/2003, de 12/11, à qual foi atribuída Licença de Utilização n.º 70/07, de 09/06.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação de decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização ou declaração prévia de atividade industrial, que deverá ser apresentada pela entidade exploradora junto da entidade coordenadora do licenciamento industrial – Direção Regional da Economia do Centro do Ministério da Economia e do Emprego, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10.*
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.*

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.*
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.*

(...).

Presente requerimento n.º 1737/12, de 22/10, pelo qual é apresentada exposição a solicitar a alteração do teor da referida deliberação, anulando o condicionalismo expresso no seu ponto 1, face à entrada em vigor do diploma que aprova o Sistema da Indústria Responsável (SIR), ocorrido pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01/08.

Presente parecer técnico dos serviços, a enquadrando a alteração legal decorrente da entrada em vigor do diploma que aprova o Sistema da Indústria Responsável (SIR), o qual

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

refere ter deixado de ser aplicável o condicionalismo que o requerente pretende que se anule.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou, nos termos do disposto no art. 147.º do Código do Procedimento Administrativo, alterar a Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada a 19 de Julho de 2012, passando a mesma a ter a seguinte redação:

Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Edifício Destinado a Armazém*” existente, tendo em vista a instalação de um Armazém e duas Unidades Industriais no regime de Propriedade Horizontal, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 549/2002, em nome de Mário Felismino Gaspar, referente ao licenciamento da obra de “Alteração e Ampliação de um Edifício de Armazéns”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Construção n.º 679/2003, de 12/11, à qual foi atribuída Licença de Utilização n.º 70/07, de 09/06.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
3. A atividade industrial pretendida enquadra-se nas atividades industriais do Tipo 3, encontram-se as mesmas sujeitas ao procedimento de mera comunicação prévia, o qual, nos termos do n.º 3 do art. 17.º do diploma que aprova o Sistema da Indústria Responsável (SIR), publicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01/08, só poderá ser efetuado após a emissão pela Câmara Municipal do título destinado à utilização do prédio ou fração onde se pretende instalar o estabelecimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1738/12 – PC N.º 260/11 – MÁRIO FELISMINO GASPAR

683 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Edifício Destinado a Armazém*” existente, tendo em vista a instalação de três Unidades Industriais do Tipo 2, no regime de Propriedade Horizontal, dispondo de Projeto de Arquitetura e das Especialidades aprovados por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 24/05/2012, que se transcreve:

“(...)

Presente Pedido de Licenciamento referente à “Legalização da Alteração de Edifício Destinado a Armazém” existente, tendo em vista a instalação de três Unidades Industriais do Tipo 2, no regime de Propriedade Horizontal, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 550/2002, em nome de Mário Felismino Gaspar, referente ao licenciamento da obra de “Alteração e Ampliação de um Edifício de Armazéns”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Construção n.º 601/2003, de 08/10, à qual foi atribuída Licença de Utilização n.º 300/2005, de 31/12.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação de decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização ou declaração prévia de atividade industrial, que deverá ser apresentada pela entidade exploradora junto da entidade coordenadora do licenciamento industrial – Direção Regional da Economia do Centro do Ministério da Economia e do Emprego, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10.*
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.*

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.*
- 2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.*

“(...)”

Presente requerimento n.º 1738/12, de 22/10, pelo qual é apresentada exposição a solicitar a alteração do teor da referida deliberação, anulando o condicionalismo expresso no seu ponto 1, face à entrada em vigor do diploma que aprova o Sistema da Indústria Responsável (SIR), ocorrido pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01/08.

Presente parecer técnico dos serviços, a enquadrando a alteração legal decorrente da entrada em vigor do diploma que aprova o Sistema da Indústria Responsável (SIR), o qual refere ter deixado de ser aplicável o condicionalismo que o requerente pretende que se anule.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou, nos termos do disposto no art. 147.º do Código do Procedimento Administrativo, alterar a Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada a 24 de Maio de 2012, passando a mesma a ter a seguinte redação:

Presente Pedido de Licenciamento referente à *“Legalização da Alteração de Edifício Destinado a Armazém”* existente, tendo em vista a instalação de três Unidades Industriais, no regime de Propriedade Horizontal, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 550/2002, em nome de Mário Felismino Gaspar, referente ao licenciamento da obra de “Alteração e Ampliação de um Edifício de Armazéns”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Construção n.º 601/2003, de 08/10, à qual foi atribuída Licença de Utilização n.º 300/2005, de 31/12.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respectiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
3. A atividade industrial pretendida enquadra-se nas atividades industriais do Tipo 3, encontram-se as mesmas sujeitas ao procedimento de mera comunicação prévia, o qual, nos termos do n.º 3 do art. 17.º do diploma que aprova o Sistema da Indústria Responsável (SIR), publicado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 01/08, só poderá ser efetuado após a emissão pela Câmara Municipal do título destinado à utilização do prédio ou fração onde se pretende instalar o estabelecimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA DA CGD RELATIVA AO POPH –
MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE**

684 - Considerando que foi necessário proceder à abertura de uma conta bancária atentas as decisões de aprovação de candidaturas submetidas pelo Município da Marinha Grande ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH).

Considerando que, na presente data, não existe em execução qualquer candidatura no âmbito do referido programa.

Considerando que a conta bancária identificada no quadro infra não apresenta qualquer movimentação, não se justificando a sua manutenção, pelo que importa proceder ao encerramento da mesma.

Conta n.º	Descrição	Instituição bancária
0035/0441039903930	CGD – Ordem – QREN - POPH	Caixa Geral de Depósitos

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, autorizar o encerramento da conta bancária identificada no quadro anterior.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA
“BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA” – CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2009-
DIRM**

685 - Presente informação n.º 48RD/2012 da Área das Finanças e carta do adjudicatário da obra em epígrafe, CONSTRUÇÕES ANTÓNIO LEAL, S.A., a solicitar a substituição da importância retida para reforço de caução relativa aos autos de medição n.º 1 a 14, 16, 17 e 19 da obra mencionada, na importância de 41.334,78 €, enviando para sua substituição a Garantia Bancária n.º 00125-02-1831252 do BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A., no valor de 46.721,33 euros.

A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do art.º 353º do Código dos Contratos Públicos aprovado em

anexo ao Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto -Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto -Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, Lei n.º 64 -B/2011, de 30 de dezembro e pelo decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de julho de 2012, aceitar a referida Garantia Bancária e restituir a importância de 41.334,78 €, retidos através das guias n.º 832/1 de 22-12-2011, 833/1 de 22-12-2011, 834/1 de 22-12-2011, 835/1 de 22-12-2011, 836/1 de 22-12-2011, 837/1 de 22-12-2011, 808/1 de 22-12-2011, 933/1 de 22-12-2011, 70/1 de 20-03-2012, 123/1 de 20-03-2012, 182/1 de 14-05-2012, 183/1 de 14-06-2012, 230/1 de 28-05-2012, 266/1 de 14-06-2012, 288/1 de 14-06-2012, 287/1 de 14-06-2012 e 591/1 de 31-07-2012, ao adjudicatário CONSTRUÇÕES ANTÓNIO LEAL, S.A..

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DA TAXA RESPEITANTE AO ANO DE 2012 A LIQUIDAR NO ANO DE 2013

686 - Nos termos do disposto na alínea a) do art.º 10.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, o produto da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), constitui receita dos municípios.

Nos termos do estipulado na alínea f) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal fixar anualmente o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos, mediante proposta da Câmara Municipal, conforme disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º do mesmo diploma legal.

Considerando que nos termos do n.º 5 do art.º 112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, de ora em diante designado por CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano aos prédios urbanos e prédios urbanos avaliados, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo artigo.

Considerando que esta deliberação deve ser comunicada à Direcção Geral dos Impostos até ao dia 30 de Novembro de 2012, atento o disposto no n.º 13 do art.º 112 do CIMI;

Considerando que a Lei n.º 60-A/2011 de 30 de Novembro, que alterou a Lei de Orçamento de Estado de 2011, veio preceituar alterações ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, nomeadamente no que respeita aos procedimentos de avaliação geral dos prédios urbanos que ainda não tinham sido avaliados desde o início da vigência do CIMI.

Considerando que nesta alteração foi consagrado que, para as despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios urbanos, seria afeta uma verba resultante da execução das receitas tributárias do imposto municipal sobre imóveis relativo aos anos de 2011 e de 2012, a arrecadar em 2012 e 2013, respetivamente.

Considerando que ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, e posteriores alterações, ficou preceituada uma percentagem até 5 do IMI cobrado nos anos em que se realizar a avaliação, a fixar e regulamentar por portaria do Ministro das Finanças, para efeitos do pagamento das despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios urbanos.

Considerando que nos termos do preceituado no n.º 1 do art.º 2.º da Portaria n.º 106/2012 de 18 de abril do Ministério das Finanças, ficou preceituado que seria afeta às despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios urbanos, uma verba de 5 % da receita tributária do imposto municipal sobre imóveis relativo ao ano de 2011, a arrecadar em 2012.

Considerando que no ano de 2012, e até meados de Outubro, o total das despesas pagas pelo Município da Marinha Grande, com encargos de avaliação geral de prédios urbanos, ascendeu a 171.280,31 euros.

Considerando que no Orçamento de Estado de 2012, aprovado pela Lei n.º 64 - B/2011, de 30 de Dezembro, foram estabelecidas alterações ao art.º 112 do CIMI, que preceitua as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis.

Considerando que o novo intervalo preceituado na alínea b) n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, para os prédios urbanos, é de 0,5 % a 0,8 %, quando anteriormente era de 0,4 % a 0,7 %.

Considerando que o novo intervalo preceituado na alínea c) n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, é de 0,3 % a 0,5 % quando anteriormente era de 0,2 % a 0,4 %.

Considerando que atenta informação remetida ao Município da Marinha Grande pelo Serviço de Finanças, os prédios por avaliar reportados a 01-02-2012 ascendiam a 17.341 sendo que à data de 10-09-2012 estavam por avaliar 11.518 prédios, registando o município uma taxa de conclusão de processos avaliados de 33,6%, sendo o 4.º município do Distrito de Leiria com a maior percentagem de conclusão.

Considerando os investimentos em curso e que se perspectivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infra-estruturas de redes municipais e requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2013.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

Considerando a atual conjuntura económica e social do país e todo o esforço que está a ser requerido à população em geral e em especial aos munícipes do concelho da Marinha Grande.

A Câmara Municipal propõe a fixação das taxas respeitantes ao ano de 2012 a liquidar no ano de 2013 em 0,50% a taxa de IMI para os prédios urbanos (alínea b) do n.º 1 do art.º 112 do CIMI) e em 0,30% a taxa de IMI para os prédios urbanos avaliados (alínea c) do n.º 1 do art.º 112 do CIMI).

Considerando o exposto, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante ao ano de 2012 a liquidar no ano de 2013 para que o órgão deliberativo fixe as mesmas nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53 do mesmo diploma legal, atenta a necessidade da sua comunicação até ao 30 de Novembro de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Os Srs. Vereadores da CDU proferiram a seguinte declaração de voto:

“Considerando que:

A carga fiscal aplicada nos anos de 2011 e 2012 em sede de IRS, sobretaxas extraordinárias, o aumento galopante do desemprego, a redução generalizada dos salários, as sucessivas alterações ao código do trabalho com consequente desvalorização da mão de obra, os cortes nos apoios sociais como o abono de família e a dificuldade de acesso ao subsídio de desemprego por milhares de trabalhadores, levaram à degradação das condições de vida da maioria da população.

O Orçamento de Estado para 2013 já foi apresentado, e assenta em mais medidas de austeridade, que originarão (tal como é assumido pelo próprio Governo) mais desemprego, mais carga fiscal e mais dificuldades económicas para as famílias, o que julgamos inaceitável.

O Governo visa reforçar o seu orçamento à conta da supra-tributação dos rendimentos dos trabalhadores, ao mesmo tempo que esvazia os orçamentos das autarquias, impondo-lhes regras que eles próprios não cumprem e apoderando-se assim indevidamente de verbas que não deviam ser suas.

Apesar dessa supra-tributação exigida aos trabalhadores, o Governo tenta "compensar" o esbulho que vêm fazendo às autarquias com o aumento das taxas mínimas de IMI e reavaliações exageradas ao património imóvel.

Se por um lado os trabalhadores contribuem cada vez mais para um Orçamento Central, cabe ao Governo reforçar o financiamento das autarquias, tal como é sua obrigação, em vez da dupla tributação para o Orçamento Central e depois através do IMI para as autarquias, tudo à custa das famílias.

Tendo em conta que as Câmaras Municipais não deliberam sobre o Orçamento de Estado, não podendo desta forma desonerar os trabalhadores da elevadíssima carga fiscal que lhe tem sido imposta nos últimos anos;

Que se prevê para os próximos 3 anos um aumento significativo das receitas de IMI, fruto das reavaliações do património imóvel;

Os vereadores da CDU fizeram a proposta

Que se deliberasse a aplicação das taxas mínimas de IMI para o ano de 2013, visando aliviar as famílias da elevada carga fiscal que se lhe impõe para o próximo ano;

Que em conjunto com muitas outras autarquias, que já deliberaram no sentido da aplicação das taxas mínimas, e através da ANMP, exijam ao Governo a reposição das verbas que ao longo dos últimos anos lhes foram retiradas indevidamente."

O Sr. Vereador Dr. António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

"Votei favoravelmente esta medida de baixar as taxas de IMI, para os mínimos, considerando que as pessoas residentes no território Nacional estão a atravessar, talvez, um dos momentos mais difíceis da sua vida.

Anteriormente incentivava-se a aquisição de imóveis e estes eram um pronúncio de investimento, hoje, contrariamente, ter prédios, bens imóveis, é adicionar encargos aqueles que já existem.

Por isso me congratulo com o abaixamento das taxas do IMI, para os mínimos, sejam eles prédios avaliados ou não."

Os Srs. Vereadores Paulo Vicente e Dr.ª Cidália Ferreira, e o Sr. Presidente proferiram a seguinte declaração de voto:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

“É dado adquirido, as preocupações que temos com a área social e a intervenção ativa que se tem traduzido nos vários apoios sociais que temos implementados e que têm vindo a beneficiar a nossa população.

São também conhecidas as reduções nos tarifários de água, para famílias numerosas ou carenciadas e a redução nos passes sociais.

Neste sentido propusemos também a taxa mínima do IMI, para prédios avaliados que poderão vir a afetar de novo os rendimentos das famílias, nestes tempos já difíceis.

Embora as informações que temos nos indiquem que todos os prédios serão avaliados e sujeitos às alterações para o próximo ano, considerámos apesar disso, ser também prudente baixar o IMI dos prédios não avaliados para a taxa mínima.”

13 - LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2012 A COBRAR NO ANO DE 2013

687 - De acordo com o estabelecido na alínea b) do art.º 10.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art.º 14.º do mesmo diploma legal, constitui uma receita municipal.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 14.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas) que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;

Considerando que de acordo com o número 4 do art.º 14.º da referida lei, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 euros.

Considerando os investimentos em curso e que se perspetivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infraestruturas de redes municipais e requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2013;

A Câmara Municipal, apreciando o exposto e concordando com o seu teor, delibera nos termos da alínea a) do n.º 6 do art. 64º da Lei n.º169/99 de 18 Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da

Assembleia Municipal a seguinte proposta de lançamento da derrama relativa ao ano de 2012 a cobrar em 2013, fixando-a em:

- **1,5% para as empresas com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que registem no ano anterior um volume de negócios superior a 150.000 euros, nos termos do disposto art.º 14.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro;**
- **0,75% para as empresas com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios compreendido entre os 75.000 euros e os 150.000 euros, ambos inclusive, nos termos do disposto no art.º 14.º, n.º 4 da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro;**
- **Isentar de derrama as empresas com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios inferior a 75.000 euros, nos termos do disposto no art.º 14.º, n.º 4 da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro.**

Mais delibera submeter a presente proposta a apreciação e votação pela Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo autorize o lançamento da derrama relativa ao ano de 2012, a cobrar em 2013, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99 de 18 Setembro, alterada e republicada em anexo pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 4 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD.

14 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART.º 22 DA LEI N.º 55-A/2010 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2011 – P.A. N.º 21/2011-AP/DEDIS - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2011/2012 E 2012/2013

Assunto retirado da ordem do dia, devendo ser presente à próxima reunião ordinária.

15 - P.A. N.º 21/2011-AP/DEDIS-ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LECTIVOS 2011/2012 E 2012/2013 – REVISÃO DE PREÇOS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

**NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º
8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

Assunto retirado da ordem do dia, devendo ser presente à próxima reunião ordinária.

**16 - CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS
ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO
PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS
PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º
DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

688 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DOEM – Divisão de obras e equipamentos municipais na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande.

Considerando que por despacho do Sr. Vice-Presidente datado de 28-09-2012 foi determinada a abertura de procedimento por concurso público para a *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE”*, atenta deliberação da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2012 pela qual foi aprovada a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, para o período de 12 meses.

Considerando que o preço base definido para o P.A. N.º 54/2012-AP/DOEM foi de 54.432,00 euros, preço mensal de 4.536,00 euros, acrescido de IVA à taxa de 23%, e que o mesmo respeitou a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que atentas as propostas apresentadas pelos concorrentes, em sede de concurso público publicado no DRE com o n.º 189 a 28 de Setembro de 2012, foi elaborado o relatório preliminar publicado pelo júri do procedimento a 09-10-2012, no qual se propõe a exclusão de todas as propostas apresentadas por estas terem ultrapassado o preço base definido de 54.432,00€, acrescido de IVA à taxa de 23%, tendo decorrido o período de audiência prévia até ao dia 16-10-2012.

Considerando que das propostas apresentadas no âmbito do P.A. N.º 54/2012-AP/DOEM a do concorrente RONSEGUR, RONDAS E SEGURANÇA, LDA apresenta o valor mais baixo e ascende a 65.640,00 euros, acrescidos de IVA à taxa de 23%, valor acima do preço base do procedimento.

Considerando que o júri do procedimento do PA n.º 54/2012-AP/DOEM a 17-10-2012 elaborou o relatório final e propôs manter a exclusão de todas as propostas e a não adjudicação do P.A. N.º 54/2012-AP/DOEM.

Considerando que por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande de 17-10-2012 foi determinada a não adjudicação do P.A. N.º 54/2012-AP/DOEM, com o objeto *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE”*.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

Considerando que atenta informação da DOEM de 15-10-2012 se confirma a manutenção da necessidade de contratualização da “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE” considerando que a autarquia não possui recursos humanos para a prestação do serviço, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Considerando que a A.C.T. (Autoridade para as Condições do Trabalho) emitiu um comunicado, recebido na CMMG a 29-08-2012, em que recomenda às empresas de segurança privada que não pratiquem preços finais inferiores aos custos descritos no quadro 1 do Anexo I, 6.019,68€/mês, acrescido de IVA à taxa de 23%, bem como às entidades utilizadoras de serviços de vigilância privada que não negociem preços inferiores ao supra enunciado.

Considerando que o preço recomendado pela A.C.T., 72.236,16 € acrescidos de IVA à taxa de 23%, é superior ao preço base de 54.432,00€ acrescido de IVA à taxa de 23%, estabelecido no Processo de Aquisição n.º 54/2012-AP/DOEM - “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE”.

Considerando que face ao exposto foram requeridos esclarecimentos à A.C.T. por parte da CMMG através do nosso ofício S/4096/2012 de 17/09/2012, Anexo II, nomeadamente que fosse esclarecido se a recomendação da A.C.T. prevalece sobre o teor das normas legais preceituadas no n.º1 do art.º 26.º da LOE de 2012, em cumprimento do disposto no art.º19.º da LOE 2011.

Em resposta ao requerido pela CMMG foi recebida resposta pela A.C.T., através de ofício datado de 08-10-2012, recebido na CMMG com data de 10-10-2012 com registo de entrada E/7544/2012, Anexo III, no qual se alude ao que de seguida se menciona:

“(…)

A Recomendação elaborada pela ACT às empresas de segurança privada, empresas ou entidades públicas ou privadas utilizadoras destes serviços e informação aos trabalhadores, na sequência de afirmação conjunta dos parceiros sociais no âmbito do projeto de auto regulação do setor de atividade, não reveste carácter de ato legislativo nos termos em que os diplomas acima indicados o fazem.

Portanto, não se tratando de uma norma jurídica em sentido estrito, não se integrará em qualquer esquema de hierarquia normativo ou legislativo formal.

Configurar-se-á, no limite, como um comando administrativo que se convencionou designar de recomendação, conformado quer pelo princípio da concorrência leal entre as empresas, quer pela prestação de um serviço de qualidade aos utilizadores, de serviços de segurança privada, por se considerar que a adjudicação dos mesmos a preços anormalmente baixos, se reflete de um modo claro no incumprimento da legislação laboral.

Na verdade, foi este o sentido da emissão de tal comando pela ACT, enquanto serviço de promoção da melhoria das condições de trabalho, prosseguindo entre outras a atribuição de promoção, controlo e fiscalização do cumprimento de disposições legais, regulamentares e convencionais respeitantes às relações e condições de trabalho, de acordo com os princípios vertidos nas Convenções da OIT ratificadas pelo Estado Português.

(...)

No contexto legal acima mencionado não poderia esta ACT deixar de promover o processo de auto regulação setorial em causa que culminou com a adoção da Recomendação já mencionada e que teve como finalidade precisamente assegurar o cumprimento das disposições legais a que se encontra vinculada.

E não o poderia deixar de fazer, inclusivamente atento o contexto social e económico que o país atravessa, que potência, através de práticas generalizadas de incumprimento de obrigações legais (fiscais, parafiscais e laborais) a prestação de serviços de vigilância a preços abaixo do custo mínimo do serviço, constituindo desse modo um fator de concorrência desleal entre empresas e amiúde a prestação de serviços de vigilância em más condições, que não só se repercutem na imagem do setor e respetivos atores sociais, como sobretudo nas condições de trabalho dos trabalhadores a eles afetos.(...).”

Considerando que a A.E.S., Associação de Empresas de Segurança, remeteu a esta autarquia uma comunicação recebida na CMMG a 10-10-2012, com o registo de entrada E/7535/2012, Anexo IV, em que recomenda que em quaisquer procedimentos pré-contratuais abertos pela CMMG seja adequado o valor base do concurso de molde que este abarque o custo dos serviços que pretendam contratar e ainda uma margem de lucro para as empresas que o prestem e rejeitar sempre as quaisquer propostas que apresentem um preço abaixo do valor mensal de 6.519,31 €, correspondente ao custo de referência de um serviço de vigilância 24h TDA (24 horas todos os dias do ano) ou que no limite seja solicitado às proponentes os esclarecimentos necessários para a justificação do preço proposto nos termos do disposto no art.º 70.º, n.º2, alíneas e), f) e g) do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que as comunicações supra referidas se consubstanciam em meras recomendações e que a autarquia desconhece o tipo de contrato celebrado entre as empresas e os trabalhadores.

Considerando que face ao exposto se pretende celebrar contrato para o período de 10 meses, com início previsto a 1 de dezembro de 2012 e que apesar de todas as tentativas já realizadas a autarquia não gorou resultados, considerando que nenhuma das propostas apresentadas se confinou ao preço base com redução remuneratória.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2012 e 2013 relativa à “Prestação de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande”, na classificação orgânica/económica 10/020218 e ação do PAM 2012/A/2.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação da “Prestação de serviços de vigilância dos estaleiros municipais da Marinha Grande” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, propondo como preço base do procedimento o montante de 54.700,00 euros acrescido de IVA à taxa de 23%, para o período de 10 meses.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS DA MARINHA GRANDE

Assunto retirado da ordem do dia, devendo ser presente à próxima reunião ordinária.

18 - PAGAMENTO DE PORTAGENS COM RECURSO AO SISTEMA DE “VIA VERDE” PARA O ANO DE 2013- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

689 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em

mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação AS/14/2012 e requisição interna n.º 11504 do serviço da DOEM na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do pagamento de portagens com recurso ao sistema de “VIA VERDE” para o ano de 2013.

Considerando que será inscrito no projeto de Orçamento da Despesa para o ano de 2013 a dotação necessária para a assunção da despesa relativa ao *“Pagamento de portagens com recurso ao sistema de VIA VERDE para o ano de 2013”* na classificação orgânica/económica 0103/020210, sendo o valor da despesa estimado em 1.490,00 euros acrescido de IVA à taxa de 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar.

Considerando que os serviços objecto do contrato a celebrar não estão sujeitos a redução remuneratória, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da LOE para 2012, por o valor do contrato a celebrar ser inferior a 1500€ e também não estão sujeitos a redução remuneratória por agregação, nos termos do n.º 3 do artigo 26.º da LOE para 2012, por os contratos em vigor com a entidade a convidar não terem objecto distinto do processo de contratação que se pretende iniciar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar de *“Pagamento de portagens com recurso ao sistema de VIA VERDE para o ano de 2013”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação actual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “Pagamento de portagens com recurso ao sistema de VIA VERDE para o ano de 2013” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Sr. José Luís Sousa, devido ao facto de não ter sido distribuído o texto da proposta com a ordem do dia.

19 - FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA A FROTA AUTOMÓVEL AFETA A VIEIRA DE LEIRIA PARA O PERÍODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 2012 A 28 FEVEREIRO DE 2014 -PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

690 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação do serviço da DOEM AS/12/2012, de 26 de outubro, na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de combustíveis para a frota automóvel afeta a Vieira de Leiria para o período de 1 de Dezembro de 2012 a 28 Fevereiro de 2014, com o preço base de 9.733,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012, ação do PAM 2012/A/16 relativa ao *“FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA FROTA AUTOMÓVEL DO MMG”*, classificação orgânica/económica 0103/02010202, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende

celebrar de fornecimento de combustíveis para a frota automóvel afeta a Vieira de Leiria para o período de 1 de Dezembro de 2012 a 28 Fevereiro de 2014.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação do “Fornecimento de combustíveis para a frota automóvel afeta a Vieira de Leiria para o período de 1 de Dezembro de 2012 a 28 Fevereiro de 2014” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Sr. José Luís Sousa, devido ao facto de não ter sido distribuído o texto da proposta com a ordem do dia.

20 - MANUTENÇÃO DE MEIOS DE ELEVAÇÃO INSTALADOS EM DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

691 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e

parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação SS.304.2012 de 29-10-2012 do serviço da DOEM, na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização da manutenção de meios de elevação instalados em diversos edifícios municipais para o período de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012, de acordo com a descrição seguinte, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014:

- “*ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ELEVADOR DO ARQUIVO MUNICIPAL*” na classificação orgânica/económica 08/020219 e ação do PAM 2012/A/84;
- “*ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ELEVADOR DA BIBLIOTECA MUNICIPAL*” na classificação orgânica/económica 08/020219 e ação do PAM 2012/A/69;
- “*ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ELEVADOR DO CENTRO EMPRESARIAL*” na classificação orgânica/económica 10/020219 e ação do PAM 2012/A/12;
- “*ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO ELEVADOR DO CINE-TEATRO ACTOR ÁLVARO*” na classificação orgânica/económica 08/020219 e ação do PAM 2012/A/64.

Considerando a informação de cabimento emitida pela Divisão de Gestão Financeira.

Considerando que o preço base a aplicar é de 3.244,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à *“Manutenção de meios de elevação instalados em diversos edifícios municipais para o período de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação actual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Manutenção de meios de elevação instalados em diversos edifícios municipais para o período de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Sr. José Luís Sousa, devido ao facto de não ter sido distribuído o texto da proposta com a ordem do dia.

21 - CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO PARA O ANO 2013-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

692 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação n.º EM/16/2012 e requisição interna n.º 11366 do serviço da DOEM – Divisão de obras e equipamentos municipais na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços para o controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2013.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 para a contratação de serviços de *“Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2013”*, na classificação orgânica/económica 10/020220 e ação do PAM 2010/A/179.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.818,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços de controlo da qualidade de água para consumo humano.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação dos serviços de “Controlo da qualidade de água para consumo humano para o ano 2013” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Sr. José Luís Sousa, devido ao facto de não ter sido distribuído o texto da proposta com a ordem do dia.

22 - FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS NATURAL A DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA O PERÍODO DE 1 DE JANEIRO DE 2013 A 31 DE MAIO DE 2014- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

693 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação n.º LF/18/2012 e requisição interna n.º 9973 do serviço da DOEM na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento contínuo de gás natural a diversas instalações municipais para o período de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Maio de 2014, com o preço base de 52.860,00 euros, acrescidos de IVA à taxa de 23%.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 na ação do PAM 2011/A/115 relativa ao *“FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL A DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS TIPO ESTÁDIO, ESCOLAS E PAVILHÕES (EXCLUINDO PISCINAS)”*, classificação orgânica/económica 0103/ 02010299.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do fornecimento contínuo de gás natural a diversas instalações municipais para o período de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Maio de 2014.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação de “Fornecimento contínuo de gás natural a diversas instalações municipais para o período de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Maio de 2014” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Sr. José Luís Sousa, devido ao facto de não ter sido distribuído o texto da proposta com a ordem do dia.

23 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

694 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação,

contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto – lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação n.º TF/11/2012 e requisição interna n.º 9984, do serviço da DOEM – Divisão de obras e equipamentos municipais, na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial para o período de 12 meses com início previsto a 1 de fevereiro de 2013.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012, ação do PAM 2011/A/109, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 relativa ao fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, nas classificações orgânica/económica 0103/ 020201 e 0103/ 06020399.

Considerando que o preço base a aplicar terá como limite o montante máximo de 432.278,73 euros, a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do fornecimento objeto do contrato a celebrar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do “*Fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial*” para o período de 12 meses com início previsto a 1 de fevereiro de 2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à contratação do *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial”* para o período de 12 meses com início previsto a 1 de fevereiro de 2013, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Sr. José Luís Sousa, devido ao facto de não ter sido distribuído o texto da proposta com a ordem do dia.

24 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART. 26 DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2012 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2012.

695 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 10-05-2012, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços, desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de Dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de

serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);

- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º1 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no período de Janeiro a Setembro de 2012 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 10-05-2012.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados atenta deliberação camarária de 10-05-2012, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado foi o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1 do art. 128.º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. ESTATUTO REMUNERATÓRIO DO ÚNICO ADMINISTRADOR REMUNERADO. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

696 - Tendo em conta que com a entrada em vigor, no próximo dia 1 de janeiro de 2013, dos novos estatutos da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, cessam os mandatos dos titulares dos órgãos sociais;

Tendo em conta que, nos termos do Regime jurídico da Atividade Empresarial Local, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, só um dos membros do órgão de administração pode assumir funções remuneradas (artigo 25.º, n.º 3);

Tendo em conta que essa remuneração tem como limite o valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal, nos termos do artigo 30.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

A Câmara Municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 6, alínea a) e para os efeitos do disposto no artigo 53.º, n.º 2, alínea l), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera propor à Assembleia Municipal a fixação do estatuto remuneratório mensal do único administrador remunerado da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande em 2.221,76 euros (dois mil, duzentos e vinte e um euros e setenta e seis centimos), correspondente a 85 % da remuneração mensal ilíquida de um chefe de divisão, a vigorar a partir do dia 1 de janeiro de 2013.

A presente deliberação foi aprovada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Para explicar o ponto seguinte e responder às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, esteve presente na reunião o Presidente do Conselho de Administração da TUMG, EM, Dr. Rui Pedrosa.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

26 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 1.º SEMESTRE DE 2012.

697 - Presente Relatório e Contas relativo ao 1.º semestre de 2012, elaborado pelo Conselho de Administração da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande.

Presente Parecer do Revisor Oficial de Contas da empresa municipal, no qual se conclui que as “demonstrações financeiras mencionadas e a informação financeira adicional apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM em 30 de junho de 2012”.

Assim, a Câmara Municipal toma conhecimento dos documentos presentes e delibera remetê-los, para o mesmo efeito, à Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 53º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Mais delibera determinar ao Conselho de Administração da TUMG que apresente, até ao próximo dia 7 de novembro de 2012, uma proposta de reposição do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

equilíbrio financeiro do contrato, celebrado em 21 de dezembro de 2011, que tem por objeto o aluguer de catorze máquinas com características diversas.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M..

Antes de ser votado o ponto seguinte da ordem do dia, tornava-se necessário aprovar o contrato-programa a celebrar com a TUMG, E.M. para o ano de 2013, pelo que foi por todos aceite a sua inclusão e votação imediata.

TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. CONTRATO PROGRAMA PARA 2013. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. PROPOSTA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

698 - Presente proposta de contrato-programa que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros pela empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande.

Presente Parecer do Revisor Oficial de Contas da empresa municipal, que se dá por reproduzido.

O contrato-programa deve ser aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta desta Câmara Municipal, nos termos do artigo 47.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Considerando que integra o objeto social da empresa municipal TUMG a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros, de acordo com a alínea a), do artigo 4.º, dos respetivos estatutos.

Considerando que constitui atribuição dos municípios o planeamento, a gestão e a realização de investimentos em rede de transportes regulares urbanos e em rede de transportes regulares locais que se desenvolvam exclusivamente na área do município, de acordo com as alíneas b) e c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

Considerando que o serviço público de transporte coletivo de passageiros constitui um serviço de interesse geral.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

Considerando que quando seja atribuída a uma empresa municipal a gestão de um serviço de interesse geral é necessária a celebração de um contrato- programa, nos termos do artigo 47.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (regime jurídico da atividade empresarial local).

A Câmara Municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e para os efeitos do disposto no artigo 47.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, delibera aprovar e propor à Assembleia Municipal a aprovação do contrato-programa a celebrar com a empresa municipal TUMG, que tem por objeto a prestação de serviços de interesse geral de transporte de passageiros, a vigorar no ano de 2013.

A presente deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M..

27 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2013.

699 - Presente proposta de plano de atividades, apresentada pelo Conselho de Administração da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, para o ano de 2013.

Presente Parecer do Revisor Oficial de Contas da empresa municipal, que incide sobre a mencionada proposta.

Apreciados os documentos presentes, a Câmara Municipal delibera, nos termos dos artigos 15.º, alínea c) e 18.º, n.º 3, dos estatutos da empresa, aprovar os instrumentos de gestão previsional para o ano de 2013.

A presente deliberação foi aprovada por maioria, com 3 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M..

**28 - DEFINIÇÃO DAS ÁGUAS BALNEARES E ÉPOCA BALNEAR PARA 2013 /
APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE DURAÇÃO DA ÉPOCA BALNEAR ÀS
ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS HIDROGRÁFICAS DO CENTRO E DO TEJO**

700 - Presente ofício da Agência Portuguesa do Ambiente com registo de entrada n.º 7076/2012 datado de 24 de setembro, informando a Câmara Municipal de que nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 135/2009 de 3 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio é solicitado que a Autarquia manifeste o interesse em manter as condições para a prática balnear, as infraestruturas, equipamentos e a assistência a banhistas, para as águas balneares já identificadas bem como possíveis propostas para novas águas balneares para a época 2013.

É igualmente solicitado a definição da duração da época balnear — artigo 5.º da legislação referida anteriormente.

Presente igualmente informação da Chefe de Divisão, IM/102/2012, datada de 10.10.2012 que refere que nos termos do número 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio, *“competem à APA, I. P., proceder à identificação anual das águas balneares, até 30 de novembro do ano precedente ao da época balnear em causa, com a colaboração das autarquias locais e das entidades responsáveis por descargas no meio hídrico e no solo.”*

Deste modo, propõe-se que as águas balneares costeiras, com interesse em manter as condições da prática balnear, as infraestruturas, equipamentos e assistência a banhistas, à semelhança dos anos anteriores, no Município da Marinha Grande deverão ser: a Praia da Vieira (ARHCentro), as Praias das Pedras Negras, Praia Velha e S. Pedro de Moel (ARH Tejo).

No que concerne à definição da duração da época balnear, de acordo com o preceituado no artigo 5.º da legislação anteriormente referida *“O procedimento de definição da época balnear inicia-se com a apresentação pelos municípios interessados às ARH de propostas de duração da época balnear para águas balneares...”* e as ARH por sua vez *“... comunicam as propostas recebidas à comissão técnica ...a qual elabora uma proposta final de duração da época balnear para cada água balnear...”* a fixar posteriormente por Portaria e ao balanço da época balnear de 2012 propõe-se a duração da próxima época balnear de 15 de Junho a 15 de Setembro.

Deste modo a Câmara analisou e delibera por unanimidade,

Enviar até ao dia 30 de novembro à Agência Portuguesa do Ambiente a:

- identificação da Praia da Vieira, Praia das Pedras Negras, Praia Velha e Praia de S. Pedro de Moel como águas balneares costeiras;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

- e a duração da próxima época balnear de 15 de Junho a 15 de Setembro.

29 - “ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS” CP N.º 04/10 (DIRM) – TRABALHOS A MENOS

Assunto apreciado e votado no início da reunião.

30 - “REQUALIFICAÇÃO DA VALA JUNTO AOS ESTALEIROS MUNICIPAIS – RIBEIRA DAS BERNARDAS - CP 01/11”. TRABALHOS A MENOS

Assunto retirado da ordem do dia, por não ser da competência da Câmara Municipal mas sim do seu Presidente.

31 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – PRAZOS LIMITE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS EXPIRADOS. AUDIÊNCIA PRÉVIA.

701 - Presente a informação n.º 1169, de 25 de outubro de 2012, da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, dando conta dos processos dos requerentes do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, cujo prazo para a entrega dos documentos comprovativos de despesa, para recebimento da respetiva tranche, expirou em 2011 e 2012 respetivamente.

Relativamente a esta matéria, o regulamento deste incentivo, aprovado na reunião de câmara de 16 de junho de 2010, retificado/clarificado na reunião realizada em 24 de junho de 2010, e aprovado na segunda reunião da Assembleia Municipal do dia 25 de junho de 2010, realizada no dia 13 de julho do mesmo ano, com as alterações introduzidas e aprovadas em Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2012, refere o seguinte:

Ponto n.º 2 do artigo 1.º “*o incentivo à natalidade efetua-se através da atribuição de um subsídio, dividido em duas prestações, (...)*”.

Ponto n.º 2 do artigo 9.º “*a efetivação do apoio, isto é, o pagamento dos valores referentes às despesas depende do cumprimento do estipulado pelo artigo 8.º, nomeadamente nos pontos n.º 1, “Após receção de decisão de aprovação da candidatura o requerente ou os requerentes deverão apresentar o(s) documento(s) comprovativo(s) da realização da despesa (...) até ao limite anual de cada uma das tranches (...), n.º 5, “As datas limite de apresentação dos documentos comprovativos da realização da despesa, de cada uma das tranches, serão definidas na deliberação da Câmara Municipal, aquando da*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

apreciação das candidaturas (...), e n.º 6, “O incumprimento das datas estabelecidas no número anterior, por motivo imputável ao requerente, implicará a perda do direito à atribuição da respetiva tranche”.

Considerando que os requerentes constantes no quadro infra não procederam à entrega dos comprovativos de realização de despesas, dentro das datas limite estipuladas.

4.º trimestre 2010				
Nome requerente	Contribuinte	Limite 1.ª tranche	Limite 2.ª tranche	Valor expirado
Carlos Manuel Basílio Marques	184828724	Entregue dentro prazo	30/09/2012	250,00€
Nelson José Pereira Fernandes	200811100	30/09/2011	Entregue dentro prazo	250,00€
Susete Margarida Gonçalves Pedro	238588300	30/09/2011	30/09/2012	500,00€
Claudia Pedro Farto Fernandes	201271656	30/09/2011	Entregue dentro prazo	250,00€
1.º trimestre 2011				
Carlo António Caminha Martins	218585160	Entregue dentro prazo	30/09/2012	250,00€
2.º trimestre 2011				
Telmo Manuel David Pereira	180461320	14/10/2011	31/03/2012	700,00€
4.º trimestre 2011				
Maria da Encarnação Rosa Confraria Santos	195424174	Entregue dentro prazo	30/09/2012	250,00€
Total				2.450,00€

Considerando que os requerentes foram oficiados aquando do deferimento da candidatura, nos termos do regulamento, tendo sido informados dos prazos limite para a entrega dos documentos de comprovativos de despesa, de cada uma das tranches;

Considerando que, no sentido de alertar os requerentes para a eventual perda do direito ao recebimento do valor do incentivo, foram novamente oficiados sobre o cumprimento dos prazos de entrega de cada uma das tranches;

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea d), do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conceder, aos requerentes constantes no quadro abaixo mencionado, o prazo de 10 (dez) dias úteis, para se pronunciarem

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

sobre a perda do direito ao recebimento do valor da(s) tranche(s) do incentivo à natalidade, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

4.º trimestre 2010				
Nome requerente	Contribuinte	Limite 1.ª tranche	Limite 2.ª tranche	Valor expirado
Carlos Manuel Basílio Marques	184828724	-	30/09/2012	250,00€
Nelson José Pereira Fernandes	200811100	30/09/2011	-	250,00€
Susete Margarida Gonçalves Pedro	238588300	30/09/2011	30/09/2012	500,00€
Claudia Pedro Farto Fernandes	201271656	30/09/2011	-	250,00€
1.º trimestre 2011				
Carlo António Caminha Martins	218585160	-	30/09/2012	250,00€
2.º trimestre 2011				
Telmo Manuel David Pereira	180461320	14/10/2011	31/03/2012	700,00€
4.º trimestre 2011				
Maria da Encarnação Rosa Confraria Santos	195424174	-	30/09/2012	250,00€
Total				2.450,00€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ATRIBUIÇÃO DE FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL

702 - Presente informação n.º 760 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, datada de 25 de julho do corrente ano, a propor a abertura de procedimento concursal para a atribuição de 37 fogos de habitação social que se encontram vagos no concelho da Marinha Grande.

Considerando que a existência de diversas habitações sociais disponíveis no concelho da Marinha Grande que não se encontram atribuídas;

Considerando a atual conjuntura económica que o país atravessa e consequentemente as enormes dificuldades que algumas famílias enfrentam;

Considerando a existência do Regulamento municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do município da Marinha Grande, aprovado em reunião de Câmara Municipal, de 29 de março de 2012;

Considerando que a abertura do procedimento concursal para atribuição de habitações sociais atenuaria as dificuldades que atualmente essas famílias estão a passar;

Considerando que ao abrigo do artigo 9.º do referido Regulamento estão contidas as regras a ter em conta, com vista à abertura do procedimento concursal;

Considerando que as candidaturas devem ser efetuadas no prazo de 30 dias, contados a partir da publicação do aviso de abertura, mediante preenchimento do requerimento próprio e de um questionário;

Considerando que ao abrigo da alínea d) do artigo 24.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, compete aos órgãos municipais fomentar e gerir o parque habitacional de arrendamento social;

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento Municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do município da Marinha Grande, autorizar a abertura de procedimento concursal para atribuição de 37 fogos de habitação social, sitos no concelho da Marinha Grande e aprovar o programa de procedimento concursal que se anexa (Anexo 1).

A Câmara delibera ainda, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de atribuição e de utilização das habitações sociais do município da Marinha Grande, que a comissão de apreciação das candidaturas terá a seguinte composição:

- a) Cidália Ferreira, na qualidade de Presidente da Comissão;
- b) Paula Sardinha;
- c) Helena Godinho.

Mais delibera que, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do supra citado regulamento, o procedimento concursal é válido por um ano, podendo a Câmara Municipal determinar a sua prorrogação por igual período em casos devidamente justificados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

**33 - DOAÇÃO DE DUAS COLHERES PARA COLHA/VAZAMENTO DE VIDRO PELO SR.
JOSÉ PEDRO CONSTÂNCIO**

703 - Presente informação I/1121/2012 relativa à proposta de doação por parte do Sr. José Pedro Feliciano Constâncio, proprietário do estabelecimento “Quinta do Zé”, situado à saída da Embra.

Este pretende doar ao Museu do Vidro duas colheres para colha/vazamento de vidro, em ferro fundido, originárias da antiga Sociedade Produtora de Vidraça Prensada, conhecida como Fábrica das Bengalas, fundada em 1934 na Marinha Grande.

Trata-se de duas peças de equipamento utilizado naquela fábrica para a produção de vidraça prensada, de extraordinária relevância para o acervo do Museu do Vidro, pelo que se propõe a aceitação da doação.

Ambas as colheres encontravam-se há vários anos em exposição naquele estabelecimento, que presentemente se encontra fechado e à venda, desejando o seu proprietário que venham a integrar o acervo do Museu do Vidro para fins exclusivamente museológicos.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo do alínea h) do n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aceitar a doação supra referida para fins exclusivamente museológicos, e aprovar a minuta do contrato de doação em anexo (Anexo 2), uma vez que se trata de bens de extraordinária relevância para o acervo do Museu do Vidro e para a sua vocação e objetivos, bem como para a valorização do património do concelho.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

**34 - DOAÇÃO DE ARQUIVO, PEÇAS E MOLDES DA DÂMASO VIDROS DE PORTUGAL
S.A. AO MUSEU DO VIDRO/ARQUIVO MUNICIPAL.**

704 - Presentes as informações/1118/2012 e I/478/2012 relativas à proposta de recolha e incorporação de arquivo, moldes e peças de vidro da Dâmaso Vidros de Portugal SA no Museu do Vidro/Arquivo Municipal.

O administrador de insolvência da Dâmaso Vidros de Portugal SA, Dr. José António de Carvalho Cecílio, acedeu em transferir aquele património para a Câmara Municipal da Marinha Grande por não possuir valor económico e não interessar à massa insolvente.

Para tal remeteu para a Câmara Municipal a declaração de transferência de propriedade relativa a estes bens, que se encontra anexa a esta proposta.

Deste modo, atendendo:

- a) À importância que este conjunto de bens documentais e materiais têm para a história da indústria vidreira em Portugal e para a vocação e objetivos do Museu do Vidro;
- b) A que teremos de realizar uma recolha dos bens com a máxima urgência (já que as instalações se encontram abertas e se têm verificado diversos atos de vandalismo no interior das mesmas, estando aquele património em risco);
- c) A que, para a recolha ser realizada o mais rapidamente possível, terá de ser realizada em bloco, uma vez que não dispomos de recursos humanos nem do tempo necessários para ir registando individualmente os bens que vão sendo recolhidos;
- d) A que não temos, nem instalações, nem recursos humanos, para tratar, a médio prazo, os bens recolhidos, para que se possa elaborar uma listagem dos bens recolhidos;

Propõe-se a aceitação deste património em bloco, como Arquivo, moldes e peças em vidro da Dâmaso Vidros SA, que serão depositados em instalações municipais até haver condições para iniciar o seu tratamento e realizar o seu registo sumário e inventário.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo do alínea h) do n.º 1, do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aceitar a doação supra referida nos termos descritos, uma vez que se trata de um conjunto de bens documentais e materiais de grande importância para a história da indústria vidreira em Portugal e para a vocação e objetivos do Museu do Vidro, bem como para a valorização do património do concelho, devendo ser organizados, estudados e conservados para a posteridade.

A deliberação foi tomada por unanimidade

35 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia trinta de outubro de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **3.064.352,11 €** (três milhões, sessenta e quatro mil trezentos e cinquenta e dois euros e onze cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

705 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. **RECLAMAÇÕES DE MORADORES DE PERIGO DE SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS - LOTEAMENTO SITO NO LOCAL DA ANTIGA CRISAL - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS CONCEIÇÃO GOMES & FERREIRA, LDA. – ABANDONO DAS OBRAS E INSOLVÊNCIA DA EMPRESA – TRABALHOS DE CORREÇÃO DE ANOMALIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE - ALTERAÇÃO PARCIAL DA DELIBERAÇÃO.**
2. **PROC. DE LICENCIAMENTO N.º 1008/02 – PIRISCACONSTROI-CONSTRUÇÕES, LDª. – OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM FALTA – INCUMPRIMENTO DA ORDEM DE EXECUÇÃO - ACIONAMENTO DO DEPÓSITO CAUÇÃO – EXECUÇÃO DAS OBRAS EM FALTA POR CONTA DO PROMOTOR - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 18-09-2012.**
3. **PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS NUM PNEU EM ACIDENTE DE VIAÇÃO – REQUERENTE: HÉLDER JOSÉ ANDRADE DOMINGUES - RUA DO CARVALHO – MOITA – RESPONSABILIDADE CIVIL – INSUFICIÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA – AUDIÊNCIA PRÉVIA – APRESENTAÇÃO DE PROVA – INQUIRição DE TESTEMUNHAS – APRECIACÃO – DEFERIMENTO.**
4. **“ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS - CP 04/10 (DIRM) – REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA.**
5. **RECEPÇÃO DEFINITIVA**
6. **EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DA RUA SOCIEDADE E BENEFICÊNCIA E RECREIO 1.º DE JANEIRO - ORDEM”. CONCURSO PÚBLICO N.º 10/2007. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**
7. **PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO º 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DAS FREGUESIAS DA MARINHA GRANDE, MOITA E VIEIRA DE LEIRIA.**

8. PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART. 22 DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2011 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO ANO DE 2011 COM EXECUÇÃO DE CONTRATO EM 2012.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - RECLAMAÇÕES DE MORADORES DE PERIGO DE SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS - LOTEAMENTO SITO NO LOCAL DA ANTIGA CRISAL - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS CONCEIÇÃO GOMES & FERREIRA, LDA. – ABANDONO DAS OBRAS E INSOLVÊNCIA DA EMPRESA – TRABALHOS DE CORREÇÃO DE ANOMALIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE - ALTERAÇÃO PARCIAL DA DELIBERAÇÃO.

706 - A Câmara Municipal em sua reunião de 18 de Outubro de 2012 deliberou, em face do auto de vistoria datado de 17-10-2012, determinar à sociedade promotora do loteamento titulado pelos alvarás nºs. 2/2000, de 23-03-2000 e 2/2002, de 25-06-2002 (alterações), **Empreendimentos Imobiliários Conceição Gomes & Ferreira, Lda.**, a realização, **no prazo de 30 dias**, dos trabalhos e correções constantes dos pontos 1 a 8 daquela deliberação, de modo a repor as condições de segurança e salubridade dos espaços afetos à urbanização em causa, sita nas Avenidas Aníbal Guedes Coelho e 1.ª de Maio e Rua António Magalhães Júnior, no centro desta cidade.

Considerando que o prazo que foi fixado para a realização da lista de trabalhos e correções a executar constantes daqueles pontos 1 a 8 daquela deliberação, parece insuficiente e que analisando a lista de intervenções umas se revelam mais urgentes e imediatas do que outras face aos bens e interesses a proteger,

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo do disposto nos artigos 140.º, n.º 1, 142.º, n.º 1, 143.º, 144.º e 145.º, n.º 3, aplicáveis *ex vi* art.º 147.º, todos do CPA-Código do Procedimento Administrativo, alterar parcialmente a referida deliberação tomada em reunião de 18 de Outubro p.p. apenas no que se refere às condições de execução dos trabalhos de correção e eliminação das anomalias verificadas na área da urbanização.

Assim, a execução das obras constantes do teor do Auto de Vistoria datado de 17 de Outubro de 2012, a levar a efeito na área afeta ao loteamento localizado no prédio denominado Fábrica Marquês de Pombal ou Fábrica de Vidros Marquês de Pombal, sito nas Avenidas Aníbal Guedes Coelho e 1.ª de Maio e Rua António Magalhães

Júnior, na Freguesia e Concelho de Marinha Grande, ao qual foi atribuído o Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 02/2000, de 23/03/2000 e Alvará de Alterações n.º 02/2002, de 25/06/2002, ambos em nome de Empreendimentos Imobiliários Conceição Gomes & Ferreira, Lda., com sede na Rua Dr. Brilhante, C.C.S. Bernardo, Loja 10-1, 2400-997 Alcobaça, devem ser realizadas nos seguintes termos:

a) No prazo de 15 dias úteis a contar da notificação, deve ser executada a correção das seguintes anomalias prioritárias:

1. Correção das deficiências detetadas nas caixas das diversas infraestruturas existentes na área do empreendimento e zonas envolventes a estas (abatimentos de terras e buracos), bem como nas caixas existentes na sua área envolvente direta, colocando as respetivas tampas onde estão em falta e substituindo aquelas que se encontram partidas.
2. Vedação completa de toda a área correspondente à cave inacabada, áreas envolventes, áreas dos lotes por edificar e zonas envolventes aos edifícios já construídos, sem comprometer acessos e questões de segurança desses moradores, através de solução estanque que evite o devassar daquela área.
3. Fecho completo de todos os acessos à cave inacabada que se encontra devassada, destinada a estacionamento automóvel, sob os espaços comuns, incluindo os diversos vãos destinados à sua iluminação que se encontram completamente desprovidos de qualquer proteção.

b) No prazo de 30 dias úteis seguintes àqueles 15, deve ser executada a correção das demais anomalias, a saber:

4. Remoção de diversos taipais metálicos abandonados que provocam ruído aos moradores dos prédios da urbanização.
5. Limpeza de toda a área afeta ao empreendimento, retirando materiais abandonados, lixo e construções improvisadas existentes, nomeadamente as passagens entre prédios e a cobertura da cave anteriormente referida.
6. Substituição dos vidros partidos nos espaços comerciais dos prédios construídos, incluindo a limpeza desses espaços.
7. Fecho completo de um barracão abandonado, localizado no sector nordeste da urbanização, confinante diretamente com as habitações do n.º 10 da Av.ª Aníbal Guedes Coelho e com o n.º 16 da Rua Eng. André Navarro, por forma a evitar a sua utilização indevida.
8. Limpeza de toda a vegetação espontânea que prolifera na área do empreendimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

**2 - PROC. DE LICENCIAMENTO N.º 1008/02 – PIRISCACONSTROI-CONSTRUÇÕES,
LDª. – OBRAS DE URBANIZAÇÃO EM FALTA – INCUMPRIMENTO DA ORDEM DE
EXECUÇÃO - ACIONAMENTO DO DEPÓSITO CAUÇÃO – EXECUÇÃO DAS OBRAS
EM FALTA POR CONTA DO PROMOTOR - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 18-09-
2012.**

707 - Em sua reunião do dia 18 de Setembro de 2012, a Câmara Municipal tomou a seguinte deliberação relativa ao assunto identificado em epígrafe:

“A Câmara Municipal apreciou e considerando:

- Que a sociedade promotora da obra, PIRISCACONSTROI-Construções, Lda., não executou, até esta data, as obras de urbanização ainda em falta, não cumprindo o que lhe foi determinado na notificação S/3014/2012, de 02-07-2012;
- Que o edifício construído já se encontra licenciado com alvará de licença de utilização n.º 22/08, emitido em 18-02-2008, razão pela qual se torna urgente e inadiável a conclusão das obras de urbanização necessárias à comodidade dos moradores do prédio, à qualidade do meio urbano e do ambiente e à comodidade do tráfego naquele local,

Delibera de acordo com o previsto no art.º 84.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação:

1. Acionar o depósito caução no valor de 5.964,31€ (cinco mil novecentos e sessenta e quatro euros e trinta e um centimos), para execução das obras de urbanização ainda em falta e que foram consideradas indispensáveis ao deferimento do pedido de licenciamento da obra de construção do bloco habitacional em causa - n.º 3 do citado art.º 84.º.
2. Determinar aos serviços da DOEM-Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a realização das diligências necessárias à conclusão das obras de urbanização em falta e constantes do orçamento e plano de trabalhos datado de 29-06-2012.
3. Debitar à sociedade titular do alvará e promotora da operação urbanística em causa, os custos dos trabalhos realizados e não cobertos pelo depósito caução, no valor de 2.913,65€ (dois mil novecentos e treze euros e sessenta e cinco centimos), notificando-a para proceder ao seu pagamento no prazo de 20 dias úteis, sob pena de cobrança judicial em processo executivo – art.º 108.º, aplicável *ex vi* art.º 84.º, do RJUE.”.

Considerando que esta deliberação contém erros materiais e manifestos na expressão da vontade deste órgão no que toca à quantidade das obras de urbanização ainda não

concluídas e aos trabalhos que a Câmara Municipal se propõe realizar em substituição do promotor, por serem os mais urgentes e necessários à comodidade dos moradores e do tráfego no local,

A Câmara Municipal, nos termos e ao abrigo do previsto no art.º 148.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo, delibera rectificar o texto da referida deliberação tomada em 18-09-2012, que passa a ter a seguinte redação:

“A Câmara Municipal apreciou e considerando:

- **Que (...);**
- **Que o edifício construído já se encontra licenciado com alvará de licença de utilização n.º 22/08, emitido em 18-02-2008, razão pela qual se torna urgente e inadiável a conclusão das obras de urbanização necessárias à comodidade dos moradores do prédio, à qualidade do meio urbano e do ambiente e à comodidade do tráfego naquele local, designadamente a execução do troço do caminho público localizado a norte do Bloco Habitacional entre a Rua dos Oleiros e o acesso à garagem do edifício, numa extensão aproximada de 40m.**

Delibera de acordo com o previsto no art.º 84.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação:

- 1. (...)**
- 2. Determinar aos serviços da DOEM-Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, a realização das diligências necessárias à conclusão das obras de urbanização no troço do caminho público localizado a norte do Bloco Habitacional entre a Rua dos Oleiros e o acesso à garagem do edifício, numa extensão aproximada de 40m., constantes do orçamento e plano de trabalhos datado de 29-06-2012.**
- 3. Debitar, após a conclusão destas obras e caso se mostre necessário, à sociedade titular do alvará e promotora da operação urbanística em causa, os custos dos trabalhos realizados e não cobertos pelo depósito caução, até ao valor de 2.913,65€ (dois mil novecentos e treze euros e sessenta e cinco centimos), notificando-a para proceder ao seu pagamento no prazo de 20 dias úteis, sob pena de cobrança judicial em processo executivo – art.º 108.º, aplicável *ex vi* art.º 84.º, do RJUE.”.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS NUM PNEU EM ACIDENTE DE VIAÇÃO – REQUERENTE: HÉLDER JOSÉ ANDRADE DOMINGUES - RUA DO CARVALHO – MOITA – RESPONSABILIDADE CIVIL – INSUFICIÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA – AUDIÊNCIA PRÉVIA – APRESENTAÇÃO DE PROVA – INQUIRIRÃO DE TESTEMUNHAS – APRECIACÃO – DEFERIMENTO.

708 - Presente requerimento apresentado em 20-04-2012, por Hélder José Andrade Domingues (registo de entrada n.º E/3378/2012), no qual solicita indemnização pelos danos causados no pneu frontal direito da sua viatura quando, no dia 27 de fevereiro último, cerca das 02H00, ao sair da E.N. 242 e entrar na Rua do Carvalho, na Moita, bateu num buraco aberto para substituição de uma válvula da rede de águas, e que imputa aos serviços municipais.

Presente notificação enviada ao requerente n.º S/4022/2012, de 12-09-2012, para que em sede de audiência prévia, se pronunciasse sobre o sentido provável da decisão de indeferimento, por insuficiência de meios de prova, conforme deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 06-09-2012.

Presentes documentos de produção de prova testemunhal confirmativa dos factos alegados pelo requerente.

Presente Informação n.º I/1134/2012-FO, de 18-10-2011, na qual se reapreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui que pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, deve o município da Marinha Grande indemnizar o lesado pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/1134/2012 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 159,90€ (cento e cinquenta e nove euros e noventa cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Hélder José Andrade Domingues, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais deliberou informar o lesado, Hélder José Andrade Domingues, que deve comparecer pessoalmente na Tesouraria da Câmara Municipal aquando do recebimento do montante desta indemnização, munido do original do documento

comprovativo do pagamento das despesas suportadas com a reparação, por forma a poder assinar o respectivo recibo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - “ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS - CP 04/10 (DIRM) – REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA.

709 - Presente informação da D.O.E.M. com a ref.^a smv/35/12, propondo a aprovação da revisão de preços provisória da empreitada referida em epígrafe no valor de 40.778,24€ (quarenta mil setecentos e setenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, apreciada a informação com a ref. smv/35/12, que fica anexa (Anexo 3) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços provisória, ao abrigo do disposto do n.º1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos, do Decreto-Lei n.º6/2004, de 6 de Janeiro, e da cláusula 28ª do Caderno de Encargos relativa à empreitada “ABERTURA DE ARRUAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSECÇÕES GIRATÓRIAS - CP 04/10 (DIRM)”, adjudicada à firma “Oliveiras, SA”, no valor de 40.778,24€ (quarenta mil setecentos e setenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 – RECEPÇÃO DEFINITIVA

710 - Presente Auto de Recepção Definitiva da obra “Beneficiação da Rua da Embra – Concurso Público n.º 04/2004 DIRM”, adjudicada por deliberação de Câmara, de dezasseis de _etembro de dois mil e cinco, à empresa “Construções Pragosa, S.A.”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto nos art.ºs 227º e 229º do Dec-Lei nº 59/99 de 02 de Março.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO DA RUA SOCIEDADE E BENEFICÊNCIA E RECREIO 1.ª DE JANEIRO - ORDEM”. CONCURSO PÚBLICO N.º 10/2007. EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.

711 - O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor do respetivo auto de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de Beneficiação da Rua Sociedade e Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro - Ordem – Concurso público n.º 10/2007 DIRM, em 30 % do seu valor.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

7 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA DAS FREGUESIAS DA MARINHA GRANDE, MOITA E VIEIRA DE LEIRIA.

712 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro,

Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Considerando que foi despoletado o P.A. n.º 59/2012-AP/DEDIS na sequência da informação n.º 1/1132/2012 e requisição interna n.º 11281 da DEDIS, para a contratação de serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o período previsto de 02 de novembro até ao final do ano letivo 2012/2013, atenta proposta de resolução contratual apresentada pela empresa RH PORTUGAL - CONSULTORES EM INVESTIMENTOS HUMANOS, LDA, a quem tinha sido adjudicado os serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância para os três agrupamentos do concelho da Marinha Grande para o ano letivo 2012/2013.

Considerando que a entidade convidada, PLENA.MENTE - EVENTOS E SERVIÇOS EDUCATIVOS LDA, não apresentou proposta para o P.A. n.º 59/2012-AP/DEDIS pelo que o procedimento ficou deserto e o Sr. Presidente determinou a sua não adjudicação a 30 de outubro de 2012.

Considerando que na informação n.º 1/1187/2012 e requisição interna n.º 11285 da DEDIS, é justificado que se mantém a necessidade imprescindível e inadiável de se proceder à contratação de serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da

Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o período previsto de 06 de novembro até ao final do ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º8.º do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, com início previsto em 6 de Novembro de 2012, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NO 1.º CICLO E OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LECTIVO 2012/2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020220 e ação do PAM 2012/A/34 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar proposto pelos serviços da DEDIS é de 57.915,45 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10% em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, conforme validação/confirmação constante de mapa anexo no processo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar de *“Serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013”*.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2012/2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de atividades de animação para o ensino pré-escolar no âmbito da Componente de Apoio à Família nos jardins-de-infância das freguesias da Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria”*, com início previsto em 6 de Novembro de 2012 até ao final do ano letivo de 2012/2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART. 22 DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2011 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO ANO DE 2011 COM EXECUÇÃO DE CONTRATO EM 2012.

713 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 29-09-2011, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
31/10/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 25

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- a existência de cabimento orçamental;
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, sempre que aplicável;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do CCP - Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA).

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no ano de 2011 cuja execução de contrato decorreria no ano de 2012, que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 29 de Setembro de 2011.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

714 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 19:40 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião